



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÃO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 7/2020

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, por intermédio da Assessoria Técnica da Licitação, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, através do sistema de registro de preços, do tipo **menor preço**, sob o regime de **empregada por preço unitário**. A licitação será regida pela Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019, Decreto nº 7.892/2013, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 8.538/2015, Resolução TSE nº 23.234/2010 e Resolução CNJ nº 182/2013, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

DIA: 27 de agosto de 2020.

HORÁRIO: 11h00 (horário de Brasília).

Endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br

Código UASG: 070017

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto o **registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressão (outsourcing)**, conforme as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.1. Havendo divergência entre as especificações constantes no sistema eletrônico e as contidas neste Edital, prevalecerão estas.

1.2. Integram o presente Edital, os seguintes anexos:

ANEXO I. Termo de Referência

ANEXO I.A. Especificações técnicas dos equipamentos

ANEXO I.B. Do local da prestação dos serviços

ANEXO I.C. Modelo de Ordem de Serviço

ANEXO I.D. Modelo de Termo de liberação de início dos serviços

ANEXO I.E. Modelo de Termo de compromisso de manutenção de sigilo

ANEXO I.F. Preços estimados máximos

ANEXO II. Modelo de planilha de formação de preços

ANEXO III. Minuta da ata de registro de preços

ANEXO IV. Minuta de contrato

2. DO PREÇO ESTIMADO

2.1. Os preços estimados desta licitação são aqueles constantes no **Anexo I.F** do Termo de Referência.

2.2. A despesa, caso venha a ser efetivada, correrá por conta do elemento: 33.90.40.16 - Outsourcing de Impressão relativo ao Programa Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral / Locação de Maq. e Equip. de Informática, do Orçamento da União.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão, observadas as condições abaixo, os interessados com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3/2018.

3.2. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará **“sim” ou “não”** em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

a) que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital, cumprindo os requisitos de habilitação e de conformidade de sua proposta;

b) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, caso seja microempresa ou empresa de pequeno porte/cooperativa, quando for o caso;

c) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

d) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

3.2.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição deste subitem sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste edital.

3.3. Não poderão participar os licitantes:

3.3.1. Impedidos de participar de licitação e celebrar contratos administrativos com este Tribunal, com a União ou declarados inidôneos perante a Administração Pública, na forma da legislação vigente.

3.3.2. Enquadrados nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93.

7.2. O licitante somente poderá oferecer preço inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.3. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto e fechado”, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.3.1. A etapa de lances terá duração **15 minutos** e, após o término desse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento aleatório no período de até **10 minutos**, encerrando automaticamente a recepção de lances.

7.3.2. Encerrado o prazo aleatório de até **10 minutos**, o sistema concederá oportunidade para que o autor da oferta de preço mais baixo e os autores das ofertas com preços **até 10% superiores** àquela possam ofertar um lance final e fechado em até **5 minutos**, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.3.3. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições do subitem anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até **5 minutos**, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

7.3.4. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará os lances automaticamente.

7.3.5. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até **5 minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.3.6. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada.

7.4. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.5. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.6. Se durante a etapa de lances, o pregoeiro perder a conexão com o sistema, e este permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.6.1. Caso a desconexão do pregoeiro persista por tempo superior a **10 minutos**, a sessão do pregão será suspensa e somente poderá ser reiniciada após **24 horas** da comunicação do fato aos licitantes no sistema.

8. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

8.1. Após a etapa de lances, nos itens/lotes cuja participação não seja exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666/1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

8.2. Serão consideradas empatadas as propostas das microempresas ou empresas de pequeno porte iguais ou até 5% superiores ao menor preço, procedendo-se ao desempate da seguinte forma:

8.2.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preços inferior àquela considerada vencedora do certame, mediante convocação automática do sistema, no prazo de **5 minutos**.

8.2.2. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte convocada não exerça o direito previsto no subitem anterior, serão convocadas as demais que se enquadrem na hipótese do **subitem 8.2**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito.

8.2.3. No caso de equivalência dos preços ofertados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem na hipótese do **subitem 8.2**, o sistema realizará um sorteio entre elas, convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.

8.2.4. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de **5 minutos**, terá precludido o direito previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

8.3. Havendo empate entre propostas ou lances e ausência de desempate de ME/EPP, aplicar-se-á o critério de desempate do no art. 3º, §2º da Lei nº 8.666/1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a. produzidos no país;
- b. produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c. produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;
- d. produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da previdência social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.4. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteadada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

9. DA NEGOCIAÇÃO E DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

9.1. Após a etapa de envio de lances, o pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o melhor preço para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação de condições diferentes das previstas no edital.

9.2. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos preços máximos estipulados no **subitem 9.3** do Edital.

9.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço total do lote**, devendo ser observados os **limites máximos** previstos no **Anexo I.F** do Termo de Referência.

9.3.1. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica de outros setores do TRE-RJ para orientar sua decisão.

9.4. O licitante deverá encaminhar, **no prazo máximo de 2 horas**, a contar da convocação do pregoeiro no sistema, planilha de formação de preços ajustadas ao lance final ofertado ou preço negociado, conforme modelo do **Anexo II** do Edital, contendo as seguintes informações:

- a) identificação, CNPJ, endereço completo, telefone e e-mail;
- b) detalhamento dos preços unitário e total dos itens do lote;
- c) dados bancários do licitante e número da inscrição estadual e/ou municipal;
- d) indicação do CNPJ da filial ou do estabelecimento do licitante que emitirá as notas fiscais referentes à execução do objeto, quando couber.

9.5. O licitante será convocado, ainda, para realizar **teste de conformidade** dos sistemas de gestão de ativos e de contabilização e bilhetagem de impressão, conforme local, critérios e prazos discriminados no **item 25** do Termo de Referência.

9.6. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado.

9.7. Não serão aceitas propostas com preço superior ao máximo estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

9.8. Se a proposta não for aceitável, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que atenda a este Edital.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. A habilitação do licitante será verificada pelo pregoeiro através de consulta ao SICAF (níveis de cadastro II, III e IV) e da documentação especificada neste item, conforme o caso.

10.1.1. Os documentos que não estiverem contemplados no SICAF ou que estejam com a validade vencida, deverão ser anexados ao sistema, no momento de cadastramento da proposta, conforme **item 5** deste Edital.

- 10.1.2. Somente poderão ser enviados posteriormente, os documentos complementares necessários à confirmação dos documentos de habilitação exigidos neste item e apresentados na forma do **item 5**.
- 10.2. Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será exigido:
- 10.2.1. Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU), por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social).
- 10.2.2. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou da sede do licitante, ou outra equivalente.
- 10.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS).
- 10.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT).
- 10.3. Para fins de comprovação da qualificação técnica será exigido:
- 10.3.1. Atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que o licitante tenha executado serviços compatíveis com objeto desta contratação com, **no mínimo**, 50% do quantitativo exigido no TR.
- 10.3.1.1. Será admitido o somatório de atestados como comprovação da capacidade do licitante para execução do objeto desta licitação, desde que sejam concomitantes.
- 10.3.1.2. Os licitantes deverão disponibilizar, quando solicitado pelo pregoeiro, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.
- 10.4. Para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira será exigido:
- 10.4.1. Certidão Negativa de Falência e/ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com validade de **até 90 dias** da data de sua emissão.
- 10.5. Será verificada, durante a etapa de habilitação, a existência de registro impeditivo da contratação e eventual descumprimento das vedações previstas no **subitem 3.3**, em nome do licitante e de seu sócio majoritário, mediante consulta ao:
- I. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- II. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa – CNJ;
- III. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas, Suspensas e Punidas – CEIS/CNEP – Portal da Transparência; e
- IV. Sistema de Licitantes Inidôneos – TCU,
- 10.5.1. As consultas previstas nos incisos II, III e IV poderão ser substituídas pela Consulta Consolidada da Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).
- 10.6. Caso conste no SICAF a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas do licitante, o pregoeiro diligenciará para verificar se há indícios de fraude, por meio de vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros fatores.
- 10.6.1. Havendo indícios suficientes, o pregoeiro submeterá os autos para análise da autoridade superior, sendo assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa.
- 10.6.2. Constatada burla à Lei de Licitações, a autoridade superior procederá a desconsideração da personalidade jurídica, sendo o licitante inabilitado no certame, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- 10.7. O pregoeiro poderá consultar sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, o que constitui meio de prova, para fins de habilitação dos licitantes.
- 10.8. Caso o licitante pretenda executar o objeto desta licitação por intermédio da filial, deverá informar o CNPJ desse estabelecimento na proposta, visando à comprovação de sua regularidade fiscal.
- 10.8.1. Se o estabelecimento não for cadastrado ou encontrar-se irregular perante o SICAF, o licitante deverá apresentar todos os documentos de regularidade fiscal em nome deste, no prazo e na forma estabelecidos no **item 5**.
- 10.9. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista de microempresa e empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 dias úteis para regularização da documentação, com a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, a contar da divulgação do resultado da fase de habilitação.
- 10.9.1. O prazo previsto acima poderá ser prorrogado mediante requerimento do licitante, devidamente justificado, podendo ser concedido a critério deste Tribunal.
- 10.9.2. A não regularização da documentação nos prazos previstos acima implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.
- 10.10. Em caso de dúvida em relação a documento digital apresentado durante certame, o pregoeiro poderá solicitar a apresentação de documentos originais ou cópias autenticadas, no prazo de **3 dias úteis**.
- 10.11. Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que atenda a este Edital.
- 10.12. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, o licitante será declarado vencedor.

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 11.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema.
- 11.1.1. Havendo intenção, o pregoeiro verificará as condições de admissibilidade do recurso quanto à tempestividade e à motivação, aceitando ou não a intenção de recurso, justificadamente.
- 11.3. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de **3 dias**, ficando os demais licitantes intimados, se desejarem, para apresentarem suas contrarrazões, através sistema, no prazo de **3 dias**, contado da data final do prazo da recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.4. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.
- 11.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor por ato do pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 13.1. Por ocasião da homologação da licitação, será aberto o prazo mínimo de **24 horas**, via sistema eletrônico, para que os licitantes interessados ofereçam preços iguais aos dos licitantes vencedores do certame, para formação do cadastro de reserva.

- 13.1.1. O cadastro de reserva tem por objetivo atender a demanda deste Tribunal, no caso de impossibilidade de cumprimento da ata de registro de preços pelo fornecedor vencedor.
- 13.1.2. O sistema gerará uma ata complementar com a informação dos licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, na sequência da classificação no certame, a qual constituirá anexo da ata de registro de preços.
- 13.1.3. A habilitação dos fornecedores que compõem o cadastro de reserva será efetuada, na ordem de classificação, quando o fornecedor principal não assinar a ata de registro de preços ou quando tiver seu registro cancelado.
- 13.2. Homologado o resultado da licitação, o licitante vencedor será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços - **Anexo III** do Edital, no prazo de até **5 dias úteis**, contados da data do recebimento do documento oficial de convocação, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo TRE/RJ.
- 13.2.1. Para assinatura da ata de registro de preços, o licitante vencedor deverá apresentar procuração do representante legal da empresa e/ou contrato social e documento de identidade, devidamente autenticados.
- 13.2.2. Será verificada, ainda, por meio do SICAF e de outros meios, a comprovação das condições de habilitação exigidas no edital.
- 13.2.3. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições.
- 13.2.4. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar a ata de registro de preços dentro do prazo estabelecido no **subitem 13.2**, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.
- 13.3. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos, depois de cumpridos os requisitos de publicidade e será divulgada no Portal de Compras Governamentais.
- 13.4. A ata de registro de preços terá a validade de **12 meses** a contar da data de sua assinatura, incluídas eventuais prorrogações, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.
- 13.5. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.
- 13.6. Durante a vigência da ata de registro de preços, os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto na hipótese de revisão em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, na forma estipulada na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 e art. 17 do Decreto nº 7.892/2013.
- 13.6.1. Será realizada pesquisa de mercado, a cada 6 meses, a fim de comprovar se os preços registrados continuam vantajosos para Administração.
- 13.6.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o TRE/RJ convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 13.6.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 13.6.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 13.6.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o TRE/RJ poderá:
- 13.6.3.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 13.6.3.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 13.6.3.3. Não havendo êxito nas negociações, o TRE/RJ deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 13.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
- I - descumprir as condições do Edital e da Ata de Registro de Preços;
- II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.
- 13.7.1. O cancelamento de registro de preços nas hipóteses acima será formalizado por decisão do TRE/RJ, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 13.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.
- 13.9. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

14. DA CONTRATAÇÃO

- 14.1. Após a homologação da licitação, será firmado contrato, conforme **Anexo IV** do Edital.
- 14.2. O prazo para assinatura do contrato será de, no máximo, **5 dias úteis**, contados da convocação deste Tribunal para a sua formalização, sob pena de decair o direito à contratação, sujeito às sanções legais cabíveis.
- 14.2.1. O prazo do subitem acima poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pelo licitante, de forma justificada e aceita pelo TRE-RJ.
- 14.3. Para assinatura do contrato, o licitante vencedor deverá apresentar procuração do representante legal da empresa e/ou contrato social e documento de identidade, devidamente autenticados.
- 14.4. Será verificado, por meio do SICAF e de outros meios, a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1. Ficará impedido de licitar e de contratar com a União, pelo prazo de até 5 anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta:
- I - não assinar o contrato ou ata de registro de preços;
- II - não entregar a documentação exigida no edital;
- III - apresentar documentação falsa;
- IV - causar o atraso na execução do objeto;
- V - não mantiver a proposta;
- VI - falhar na execução do contrato;
- VII - fraudar a execução do contrato;

- VIII - comportar-se de modo inidôneo;
- IX - declarar informações falsas; e
- X - cometer fraude fiscal.

15.2. Nas contratações por meio do sistema de registro de preços, as disposições acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada por este Tribunal.

15.3. Poderão ser aplicadas à contratada as sanções previstas na Lei nº 8.666/1993 de forma subsidiária.

15.4. Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração, os danos dela decorrentes, as circunstâncias e os antecedentes da contratada.

15.5. A aplicação de qualquer penalidade realizar-se-á em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999.

15.6. A responsabilidade por atos praticados no decorrer da contratação encontra-se prevista no Termo de Referência.

16. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO

16.1. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão ser enviados a este Tribunal **até às 19h00 do 3º dia útil** anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente, por meio do endereço eletrônico: licita@tre-rj.jus.br.

16.2. O pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidirá sobre os pedidos de esclarecimentos e sobre a impugnação no prazo de **2 dias**, contado da data do recebimento de ambos.

16.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital.

16.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação ou pedido de esclarecimento é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

16.5. As respostas aos pedidos de esclarecimento e impugnações serão divulgadas no sistema eletrônico e na página do TRE-RJ e vincularão os participantes e a Administração.

16.6. Acolhida a impugnação contra este Edital, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. A Assessoria Técnica de Licitação está disponível para atendimento ao público, no horário de 11h00 a 19h00, na Av. Presidente Wilson, nº 194, 1º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.030-021, através dos telefones (21) 3436-8155/ 8156 / 8157 ou e-mail: licita@tre-rj.jus.br.

17.1.1. Em virtude da pandemia de COVID-19 e a suspensão temporária do expediente presencial, o atendimento ao público está sendo realizado somente através dos telefones e e-mail informados no subitem acima.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

17.3. Os horários estabelecidos no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

17.4. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784/1999.

17.5. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base nos princípios e na legislação em vigor.

17.6. O TRE poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 50 do Decreto 10.024/2019.

17.7. Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o foro competente é o da Seção Judiciária da Justiça Federal na Capital do Estado do Rio de Janeiro, excluído qualquer outro.

TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I

ANEXO I.A. Especificações técnicas dos equipamentos

ANEXO I.B. Do local da prestação dos serviços

ANEXO I.C. Modelo de Ordem de Serviço

ANEXO I.D. Modelo de Termo de liberação de início dos serviços

ANEXO I.E. Modelo de Termo de compromisso de manutenção de sigilo

ANEXO I.F. Preços estimados máximos

ANEXO II. Modelo de planilha de formação de preços

CÓDIGO CATSER: 26816

Os arquivos serão disponibilizados juntamente com o Edital publicado

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /2020

Aos do ano de, a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, CNPJ nº 06.170.517.0001-05, situado à Av. Presidente Wilson, nº 198, neste ato representado pela Diretora Geral do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, com fundamento no art. 10, inciso XXXVII do Regulamento Interno da Secretaria deste Tribunal, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico para registro de preços nº 07/2020, processo administrativo nº 2019.0.000018584-1, RESOLVE registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s) indicadas nesta ATA, atendendo as condições previstas no Edital e seus anexos e ao disposto na Lei nº

8.666/1993, da Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019 e Decreto nº 7.892/2013 e demais normas legais aplicáveis.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente Ata é o registro de preços para a eventual **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressão (*outsourcing*), com fornecimento de equipamentos; sistema de gerenciamento de impressões efetivamente realizadas; manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos com substituição de peças; componentes e materiais utilizados na manutenção; e fornecimento de insumos originais, exceto papel, para atendimento das necessidades de impressão monocromática e de digitalização no formato A4 das zonas eleitorais da Capital**, especificado no Termo de Referência – Anexo I.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O(s) preço(s), a especificação do objeto, a quantidade e o fornecedor registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Empresa:
CNPJ:
Endereço:
Telefone:
E-mail:
Representante:
RG:
CPF:

ALUGUEL			
Item	Quantidade	Modelo - Especificação	Preço unitário de aluguel mensal R\$
1	108	Aluguel - modelo 1 – impressora laser multifuncional monocromática MARCA OFERTADA:	
2	101	Aluguel - modelo 2 – impressora laser monocromática MARCA OFERTADA:	

IMPRESSÕES				
Item	Quantidade	Modelo - Especificação	Volume total impressões por 24 meses por impressora	Preço unitário por página R\$
3	108	Impressão monocromática –Modelo 1 –Impressora laser multifuncional monocromática	36.000	
4	101	Impressão monocromática –Modelo 2 –Impressora laser monocromática	36.000	

3. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. Deverão ser observadas as regras estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

4. DA VALIDADE DA ATA

4.1. O prazo de validade improrrogável desta Ata de Registro Preços é de **12 meses** a contado da data de sua assinatura, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

5. DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5.2. Constitui Anexo ao presente instrumento, se houver, a Ata de Formação do Cadastro de Reserva constante do sistema *Comprasnet* – acessível publicamente em www.comprasgovernamentais.gov.br –, contendo o registro das licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços acima pelos preços ora registrados, nos termos do inc. II e § 1º do art. 11 do Decreto nº 7.892/2013.

5.3. A empresa, detentora do registro, assume o compromisso de executar o objeto, na forma e quantidades máximas especificadas no edital e seus anexos, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento em 2 vias de igual teor, forma e data.

Rio de Janeiro, de de

Diretora Geral

Representante legal da empresa

MINUTA DE CONTRATO – ANEXO III

CONTRATO Nº.../2020 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO, E.....PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO (OUTSOURCING), COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS; SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES EFETIVAMENTE REALIZADAS; MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS; COMPONENTES E MATERIAIS UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO; E FORNECIMENTO DE INSUMOS ORIGINAIS, EXCETO PAPEL, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE IMPRESSÃO MONOCROMÁTICA E DE DIGITALIZAÇÃO NO FORMATO A4 DAS ZONAS ELEITORAIS DA CAPITAL.

CONTRATANTE: União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro, com sede na Avenida Presidente Wilson, nº 198, Centro, na cidade do Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ sob o nº 06.170.517/0001-05, representado pela Diretora-Geral, de acordo com a delegação de atribuições contidas no Ato do Gabinete da Presidência nº 530/2019.

CONTRATADA:, inscrita no CNPJ sob o nº, estabelecida na (inserir endereço completo), representada por (inserir nome completo), portador da Carteira de Identidade nº, expedida pelo (órgão expedidor/unidade da federação), e CPF sob o nº, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por (procuração/contrato social/estatuto social).

As CONTRATANTES resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do Pregão Eletrônico (SRP) nº 7/2020, instruído através do processo TRE nº 2019.0.000018584-1, com fundamento nas Leis nº 8.666/1993 e Lei nº 10.520/2002, e vinculado ao Edital e anexos, bem como à proposta vencedora, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é a **prestação de serviço de impressão (outsourcing), com fornecimento de equipamentos; sistema de gerenciamento de impressões efetivamente realizadas; manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos com substituição de peças; componentes e materiais utilizados na manutenção; e fornecimento de insumos originais, exceto papel, para atendimento das necessidades de impressão monocromática e de digitalização no formato A4 das zonas eleitorais da capital.** conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

1.2. O objeto será executado em regime de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. O valor do presente contrato é de R\$).

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas desta contratação para o exercício de, no valor de R\$, correrá por conta do Programa Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral / Locação de Maq. e Equip. de Informática, Elemento 33.90.40.16 - Outsourcing de Impressão, do Orçamento do TRE/RJ, conforme Nota de Empenho nº ____/____, de ____/____/____, ficando a despesa no valor de R\$..... (.....) a ser empenhada no exercício de ____ a ____/____/____, à conta das dotações previstas para atenderem as despesas de mesma natureza.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá vigência de ____/____/____ a ____/____/____, podendo ser prorrogado, de acordo com o art. 57 da Lei 8.666/1993, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA

5.1. Não se aplica ao objeto desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**6.1. Do CONTRATANTE:**

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, através de comissão/servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas;
- b) comunicar à contratada a ocorrência de quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato, fixando prazo para seja sanado o problema;
- c) efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas pela CONTRATADA todas as formalidades e exigências do Edital e seus anexos.

6.2. Da CONTRATADA:

- a) executar o objeto deste Contrato conforme as determinações previstas no Termo de Referência - Anexo I do Edital;
- b) manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação;
- c) responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- d) não transferir ou ceder a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato;
- e) não subcontratar, ressalvados os casos de subcontratação parcial do objeto, quando autorizado pela Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. Conforme condições de pagamento previstas no item 23 do Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE

8.1. O preço pelo qual será contratado o serviço será fixo e irredutível durante a vigência da contratação.

8.2. Nos casos que couber a prorrogação do contrato, observado o interregno mínimo de 12 meses, contados da data de apresentação da proposta, o preço contratado poderá, com base na variação do IPCA, mantido pelo IBGE ou, no caso de extinção deste, em outro índice que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA NONA - ACORDO DO SERVIÇO (ANS)

9.1. As regras e critérios do ANS estão previstos no **item 19** do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES

10.1. As sanções administrativas estão previstas no **item 20** do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Da aplicação das sanções definidas na Cláusula anterior caberão os recursos previstos no art. 109 da Lei nº 8.666/93, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

12.1. O presente Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, na ocorrência superveniente de quaisquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1. O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenizações de qualquer espécie.

13.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurada à CONTRATADA o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

13.3 A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da decisão da autoridade competente em processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

14.1. O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial, conforme o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. O foro competente será o da Seção Judiciária da Justiça Federal, na Capital do Estado do Rio de Janeiro, para dirimir qualquer questão relativa ao presente Contrato.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 2 vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

Diretora Geral do TRE-RJ

Representante legal da empresa

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

**REJANE LOPES DE OLIVEIRA
ASSESSOR(A) TÉCNICO(A) DE LICITAÇÃO**



Documento assinado eletronicamente em 14/08/2020, às 14:35, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1095624** e o código CRC **D1BC36C7**. No momento só é possível efetuar a verificação de autenticidade através da rede interna do TRE-RJ.